



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI N 18/2025

04/09/2025

Institui o programa “Cuidando de Quem Cuida”, visando promover aoes de orientaçao e atenao as mães e famílias aticas no município de Guará, e estabelece a Semana da Maternidade Atica.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ/SP**, no uso de suas atribuoes legais;

APROVA:

Art. 1. Esta lei dispoe sobre medidas para reconhecimento e conscientizaao sobre as condioes peculiares das famílias aticas, bem como para a promoao de aoes de orientaçao e atendimento a essas famílias, incluindo a oferta de atendimento psicossocial prioritário.

Pargrafonico. Para os fins desta lei, considera-se mãe ou familiar atico aquele responsável pela criaao de filhos que necessitam de cuidados específicos para pessoas com deficiência, síndromes e doenças raras, transtornos como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Down, Transtorno do Déficit de Atenao e Hiperatividade (TDAH), dentre outros.

Art. 2. Fica instituido o programa municipal “Cuidando de Quem Cuida”, com a finalidade de oferecer as mães e familiares aticos, orientaçao psicossocial e apoio por meio de serviços de acompanhamento psicológico e terapêutico, com atenao  saúde integral, e através da difusao de informaçoes e oferta de formaao para fins de fortalecimento e de valorizaao dessas pessoas na sociedade.

Art. 3. Constituem objetivos do programa “Cuidando de Quem Cuida”:

I. Elevar e melhorar a qualidade de vida das mães e familiares de que trata esta lei, considerando as suas dimensoes emocionais, físicas, culturais, sociais e familiares;

II. Promover o apoio, orientaçao e disponibilidade para o acesso prioritário das mães e familiares aticos aos serviços psicológicos, terapêuticos e assistenciais;

III. Estimular a ampliaao de políticas públicas adequadas na Rede de Atenao Primária de Saúde, com vistas a manter um atendimento eficaz e de qualidade, para preservar a integridade da saúde mental dos cuidadores;

IV. Desenvolver aoes de bem-estar e de autocuidado como rotina, com vistas a prevenir e/ou reduzir sintomas de transtornos psíquicos, como ansiedade, depressao e outras doenças e transtornos comuns a esta condiçao;

V. Promover o desenvolvimento de competências socioeconmicas, por meio de aoes que façam as mães e familiares aticos sentirem-se valorizados sem comprometer os cuidados despendidos a seus filhos;

VI. Desenvolver aoes complementares de suporte para os filhos, quando os pais e/ou cuidadores tiverem que realizar consultas, exames, terapias, encontros ou participar de outras atividades no convívio social, melhorando sua qualidade de vida;

VII. Estimular os demais membros da família quanto ao cuidado e proteao, visando aumentar o nível de bem-estar e melhorar a funao e as interaoes familiares;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

VIII. Promover intervenção dos profissionais da saúde, educação, assistência social e assistência jurídica, no que diz respeito a compreender as necessidades das mães e familiares atípicos, e prover informações e indicar serviços de uma maneira coordenada visando produzir resultados positivos na família.

Art. 4º. Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no artigo 3º, o Programa deve observar as seguintes ações, dentre outras que se compatibilizarem com os objetivos almejados:

I. Apoio pós-parto às mães destinatárias desta lei, com as seguintes medidas:

a) acolhimento e inclusão no pós-parto;
b) esclarecimentos imediatos após o nascimento e orientações necessárias sobre a condição da criança e suas especificidades;

II. Informações educacionais à sociedade a respeito das principais questões envolvidas na convivência e trato com as crianças, adolescentes e adultos sob tutela de mães, pais e cuidadores atípicos;

III. Promover a interação entre profissionais da saúde, educação e familiares, com vistas à melhoria da qualidade de vida da condição da criança, adolescente e adulto sob tutela de mães, pais e cuidadores atípicos;

IV. Implantação de ações que integrem os pais, mães e cuidadores atípicos com os educadores, profissionais das áreas da assistência social e da saúde, e familiares;

V. Oferecer oportunidade de vivência prática dos pais e/ou cuidadores matriculados na rede pública de ensino no acompanhamento do desenvolvimento educacional de seus filhos;

VI. Fomentar a participação das mães e familiares atípicos em ações de formação de pessoal, qualificação profissional e de reinserção no mercado de trabalho, por meio de ações intersetoriais entre os órgãos públicos e em parceria com organizações da sociedade civil e com empresas;

VII. Aplicar estratégias de intervenção para o fortalecimento do vínculo das mães e familiares em programas com a rede socioassistencial e para o acesso às políticas setoriais voltadas aos cuidadores;

VIII. Veiculação de campanhas de comunicação social que visem conscientizar a sociedade e dar visibilidade às políticas públicas instituídas por esta lei.

Art. 5º. Fica instituída a Semana da Maternidade e Paternidade Atípica, a ser realizada anualmente, na 3ª (terceira) semana do mês de maio.

Art. 6º. Na Semana da Maternidade e Paternidade Atípica deverão ser realizadas ações destinadas à promoção e valorização das mães, pais e cuidadores atípicos, com os seguintes objetivos:

I – Estimular políticas públicas em prol das pessoas que experimentam a maternidade e paternidade atípica, sobretudo políticas em saúde mental;

II – Incentivar a realização de debates, audiências públicas, reuniões intersetoriais, seminários, encontros e rodas de conversa sobre a maternidade e paternidade atípica;

III – Propiciar espaços para informar e sensibilizar a sociedade sobre as dificuldades enfrentadas na maternidade e paternidade atípica;

IV – Fomentar a realização de concursos, oficinas temáticas, cursos e afins que promovam os pais, mães e cuidadores atípicos;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

V – Fomentar a realizao de palestras com pais, mães e cuidadores atípicos em escolas, unidades de saúde e outros espaços coletivos, para que as demandas sociais desses cuidadores sejam conhecidas e debatidas pela sociedade;

VI – Divulgar as doenças emocionais que podem surgir em decorrência da maternidade e paternidade atpica, conscientizando e incentivando os cuidadores atípicos ao autocuidado;

VII – Promover outras iniciativas que visem  promoo,  valorizao e ao apoio dos pais, mães e cuidadores atípicos na sociedade.

Art. 7. As mães e familiares que se dedicam integralmente ao cuidado de filhos com transtorno do espectro autista e filhos com deficiência receberão prioridade para atendimento psicossocial na rede do Sistema nico de Saúde no âmbito deste Município.

Art. 8. Os projetos e aoes decorrentes do cumprimento desta lei serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participao da sociedade e o efetivo alcance do público-alvo.

Art. 9. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicao, revogadas as disposioes contrárias.

Guará/SP, 04/09/2025.

LEONILDO SILVA

Vereador



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O termo “mães e familiares atípicos” refere-se às mães e familiares que lidam com a criao de filhos que necessitam de cuidados específicos. Sabe-se que a maternidade por si só já  difícil, mas quando se trata de maternidade atpica essa dificuldade  potencializada. As demandas aumentam, as preocupaoes com relao  aceitao da sociedade, os obstáculos que essa criança irá encontrar ao longo de sua vida. Tudo isso faz com que as mães e familiares redobrem a preocupao com seus filhos.

Quando nos referimos  maternidade atpica, temos tendência a “romantiz-la”, tratando essas mães como “guerreiras”, que lutam incansavelmente por seus filhos, desconsiderando o desgaste físico e mental vivenciado diariamente por elas.

A reflexão sobre ser mãe de pessoa com deficiência não está relacionada apenas aos desafios, mas também às alegrias da maternidade de modo diverso, aos ensinamentos que as peculiaridades de cada filho ou filha lhes são entregues, sem haver distino entre as mães como pessoas, implicando apenas na diferença da experiência vivenciada na maternidade atpica.

Nesse contexto, instituir um programa específico para acolhimento e atendimento dessas mães e cuidadoras, bem como estabelecer uma semana para a maternidade atpica, são formas de dar voz a estas mães, que por vezes infinitas são porta-vozes de seus filhos. Significa ampliar os espaços de discussão sobre esse tema, que  fundamental para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para essas mães.  possibilitar o ativismo, engajamento, participao social e política por meio da constituio de uma rede de apoio.

Cabe lembrar também que a maioria das mães de crianças com deficiência cuida de seus filhos sozinha. Dados de 2012 do Instituto Baresi mostraram que, no Brasil, 78% dos pais abandonavam as mães de crianças com deficiência e doenças raras antes delas completarem 5 anos de idade. O pai vai embora, e quem abre mão de tudo para cuidar dessa criança  geralmente a mãe.  ela quem assume o peso do cuidado, muitas vezes sem uma rede de apoio, abdicando de sua própria vida pessoal em prol do filho ou da filha.

Essas mães, que são vistas como heroínas ou guerreiras, são, na verdade, mulheres cansadas, sobrecarregadas, estressadas e adoecidas, que acabam sendo acometidas por várias situaoes, como a falta do autocuidado, o desprezo, as doenças psicossomáticas.

Um outro estudo feito com famílias norte-americanas e divulgado no *Journal of Autism and Developmental Disorders*, mostrou que o nível de estresse em mães de pessoas com autismo assemelha-se ao estresse crnico apresentado por soldados combatentes de guerra.

Quanto  iniciativa parlamentar deste projeto, não há nenhum óbice, visto que não se trata de nenhuma das matérias de iniciativa exclusiva do Prefeito, previstas no art. 61,  1 da Constituio Federal, que  aplicada por simetria  Lei Orgânica Municipal, a saber: não dispõe sobre criao de cargos ou funoes públicas na administrao, nem sobre servidores públicos ou seu regime jurídico, nem sobre criao, estruturao e atribuioes de secretarias, departamentos ou órgãos da administrao pública, nem sobre matéria orçamentária (leis orçamentárias), tão pouco institui programa que implique em criao de novas atribuioes para qualquer Secretaria.

Em relao  legitimidade jurídica desta proposta, friso que o tema tratado  de competência comum do Município, do Estado e da União, conforme



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

previsto nos artigos 23, II e 194, I, da Constituição Federal, no tocante  integralidade e  universalidade do acesso  saúde.

E o artigo 6 da Constituição ainda contempla a proteção  maternidade e  infância como um dos direitos sociais básicos da população brasileira. Em relação  legitimidade formal, a matéria nele tratada não está no campo da iniciativa privativa do Poder Executivo, já que não se enquadra em nenhuma das restrições contidas no inciso II do  1 do art. 61 da Constituição Federal e nem nas hipóteses previstas, por simetria constitucional, na Lei Orgânica do Município. O projeto não representa interferência na atividade administrativa do Poder Executivo, visto que, em sua essência, a proposta não visa criar atividades alheias  competência municipal, mas sim d concretude a diretrizes constitucionais e da Lei Orgânica do Município, sobre matérias que já se incluem na competência municipal.

A propósito, cabe frisar que a jurisprudência relativa às situações de limitação de iniciativa de projetos de leis, inclusive no âmbito do Supremo Tribunal Federal, adota a tese de que a reserva de iniciativa para apresentação de projetos de lei (matérias de iniciativa exclusiva do Prefeito) deve ser interpretada sempre de forma restritiva e não ampliativa, pelo fato de implicar em uma limitação às prerrogativas do Poder Legislativo.

Nesse sentido, vale citar a manifestação do Ministro Celso de Mello no acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade n 724-RS: “Emenda: ADI – Lei n 7.999/85, do Estado do Rio Grande do Sul, com a redação que lhe deu a Lei n 9.535/92 – Benefício tributário – Matéria de iniciativa comum ou concorrente – Repercussão no orçamento estadual – Alegada usurpação de cláusula de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo – Ausência de plausibilidade jurídica – Medida cautelar indeferida. A Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. - A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que – por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo – deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. (...)”

O STF têm já decidido em outros julgamentos que  legítima a iniciativa de parlamentares municipais e estaduais para projetos de lei que instituem programas de ações no âmbito das políticas públicas de competência do respectivo ente. Neste sentido, veja-se alguns exemplos: a) Agravo regimental no recurso extraordinário. Lei de iniciativa parlamentar a instituir programa municipal denominado “Rua da Saúde”. Inexistência de vício de iniciativa a macular sua origem. 1. A criação, por lei de iniciativa parlamentar, de programa municipal a ser desenvolvido em logradouros públicos não invade esfera de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. (STF, AgrRE 290.549/RJ, proferida em 28/02/2012, rel. Min. Dias Toffoli, ref. lei do Município do Rio de Janeiro/RJ). b) Ação Direta de Inconstitucionalidade. Artigos 1, 2 e 3 da Lei n 50, de 25 de maio de 2004, do Estado do Amazonas. Teste de maternidade e paternidade. Realização gratuita. Efetivação do direito  assistência judiciária. Lei de iniciativa parlamentar que cria despesa para o Estado-membro. Alegação de inconstitucionalidade formal não acolhida. Concessão definitiva do benefício da assistência judiciária gratuita. (...)

Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local.

Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa s poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no artigo 61 da Constituição



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

do Brasil - matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. 2. Reconhecimento, pelas Turmas desta Corte, da obrigatoriedade do custeio do exame de DNA pelo Estado-membro, em favor de hipossuficientes. 3. O custeio do exame pericial da justiça gratuita viabiliza o efetivo exercício do direito  assistência judiciária, consagrado no artigo 5, inciso LXXIV, da CB/88. (...) Ação direta julgada parcialmente procedente para declarar inconstitucionais os incisos I, III e IV, do artigo 2, bem como a expressão "no prazo de 60 dias a contar da sua publicação", constante do caput do artigo 3 da Lei n 50/04 do Estado do Amazonas. (STF, ADI 3394/AM, publ. em 15/08/2008, rel. Min. Eros Grau).

Sob o aspecto financeiro, o projeto não acarreta geração direta e obrigatória de despesas, na medida em que não determina a realização de gastos específicos, não sendo necessária a apresentação de estudo de impacto orçamentário-financeiro, ficando o cumprimento das eventuais ações onerosas relacionadas ao programa, a critério do Executivo, atreladas  disponibilidade de recursos que houver no orçamento de cada exercício.

Além do mais, existem várias ações possíveis de serem desenvolvidas com base nos objetivos e diretrizes deste projeto, que poderão a princípio utilizar os recursos humanos e a estrutura de atendimento já existente, nas áreas de saúde, assistência social e educação, sem obrigatoriamente haver necessidade de admissão de pessoal ou realização de outras novas despesas.

Assim, de maneira geral as ações contidas neste projeto podem ser implementadas sem ônus adicionais para o Município, por se inserirem dentro das atividades já contidas nas atribuições dos órgãos municipais. E a sua ampliação futura será moldada pelo volume de recursos orçamentários que forem destinados ao programa.

Quanto ao texto do projeto, parte dele (inclusive o nome do Programa)  baseada no Projeto de Lei n 3.124/2023, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul. Já o artigo 8  baseado no PL n 421/2024 da Deputada federal Flávia Moraes (PDT - Goiás). O texto têm também aproveita ideias de outros projetos já aprovados em vários municípios brasileiros.

Há ainda alguns outros projetos de lei tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal com foco na questão das mães atpicas, que brevemente poderão ser aprovados e se transformarem em leis. Mas o nosso município estará na vanguarda, ao aprovar este projeto que ora proponho, que aborda várias questões pertinentes ao tema e demonstra a nossa preocupação com este assunto, chamando a atenção do poder público e da sociedade locais para as dificuldades e as necessidades das mães atpicas.

Face  justificativas e aos argumentos expostos, tenho convicção da legalidade deste projeto e, dado o seu elevado caráter social, conto com a aprovação dos colegas vereadores e o posterior endosso do Poder Executivo, com a sanção, promulgação e aplicação da lei.

Guará/SP, 04/09/2025.

LEONILDO SILVA
Vereador